

Auto provisionamento alimentar nos Açores

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exmo. Sr. Presidente do Governo

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

A principal função da Agricultura é produzir bens alimentares. È uma condição basilar de sobrevivência humana.

A riqueza de um país ou de uma região também se mede pela sua capacidade de produzir alimentos de forma diversificada, segura e durável, para consumo interno e para exportação.

Esta é uma preocupação na nova reforma da PAC. Em especial o auto-provisionamento alimentar é a grande prioridade da União Europeia. Portanto este não é um tema menor e diz respeito a todos.

È uma prioridade e uma questão de soberania que se deve estender a todos os Estados Membros e respectivas Regiões.

A produção de alimentos em quantidade e qualidade está fortemente fragilizada por um conjunto de situações globais com consequência local, algumas das quais não controlamos.

Começemos pelas alterações climáticas. O clima já não é o que era, é uma verdadeira caixinha de surpresas.

A Agricultura é uma actividade praticada ao ar livre. Quando semear ou colher são, hoje em dia, grandes incertezas.

Nos Açores, os anos atípicos são mais frequentes e os primeiros a terem esta percepção são os Agricultores, pois o que produzem é lesado.

Falemos, do período turbulento de negociações internas e externas da União Europeia.

A reforma da PAC e os debates à volta da sua renacionalização, ou seja, tornar esta política menos comum e mais responsável de cada País, tornaria Portugal e os Açores mais dependentes da importação de alimentos.

É, igualmente notório o braço de ferro entre o proteccionismo e o liberalismo. É o caso das quotas leiteiras ou quotas de vacas aleitantes que permitem as pequenas produções chegarem aos mercados.

Incrivelmente é uma reforma que pretende emagrecer a dotação financeira desta política, mas aumentar a sua responsabilidade social.

Ao nível externo, assiste-se aos acordos da OMC e o desafio da União Europeia passa por equilibrar as desigualdades com outros países.

Ainda no campo das negociações e dos acordos, repare-se nos pactos com o MERCOSUL ou com Marrocos, este último afecta em demasia a produção hortofrutícola de Portugal e dos Açores.

Falemos de segurança alimentar.

Na UE cumprem-se critérios de bem-estar animal e normas fitossanitárias que outros países não o fazem.

Alimentamo-nos de produtos que percorrem longas distâncias, com longos períodos de armazenamento e que se mantêm iguais ao dia em que foram colhidos.

Atendendo aos diferentes critérios legislativos de segurança alimentar existentes entre continentes, ficamos impossibilitados de controlar como queremos o modo de produção destes bens.

Também, o grande debate entre a utilização de alimentos transgénicos e as suas verdadeiras repercussões irá proporcionar confrontos religiosos, ambientais e culturais, podendo alterar o modo como conhecemos os alimentos.

Mas a produção de alimentos é igualmente afectada quando se assiste à livre especulação dos preços.

Por exemplo, com o embargo da Rússia ao trigo até 31 de Dezembro parece surgir uma nova crise de cereais, mas também parece que esta crise é mais devido a especulações do que à escassez de cereais.

É inevitável, se nada for feito, o aumento do preço de bens alimentares como o pão e as rações para animais.

Urge, cada vez mais, conhecer a formação dos preços.

O aumento previsto da população mundial atinge a disponibilidade de alimentos. Em 2050 seremos mais 9 bilhões de pessoas no mundo. Isto é, temos de produzir mais alimentos, mas com menos área agrícola disponível e mais restrições ambientais.

A título de exemplo Portugal entre 1995 e 2003 perdeu 5,1% da sua Superfície Agrícola Útil (SAU) enquanto o decréscimo na União Europeia foi de apenas 1,9%.

A procura de novas energias também é outro factor que afecta a quantidade de alimentos.

Existe uma crescente utilização dos cereais para as energias alternativas. O milho e a soja são cereais cada vez mais utilizados para produzir combustível. Está em marcha uma voraz competição entre a alimentação humana e as energias.

Este é um projecto de Resolução que é apresentado, igualmente, quando é preciso melhorar a qualidade dos alimentos pela vertente nutritiva. Aliás, este é um trunfo dos Açores e um objectivo a melhorar, temos investigação científica, falta a vontade política.

Além destas circunstâncias vivemos em Ilhas sujeitas às intempéries e fenómenos naturais e, a natureza, de vez em quando, recorda-nos deste aspecto, pelo que a disponibilidade de alimentos é uma condição de primeira prioridade.

Acresce a distância dos mercados e os respectivos custos do transporte.

È a esta conjuntura que não devemos ficar alheios, assobiar para cima ou ter uma politica de *passpartout*.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exmo. Sr. Presidente do Governo

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

O aumento da produção Regional de alimentos de forma sustentada, ou seja, durável e viável é um factor de competitividade, com todos os benefícios económicos, sociais e ambientais. Em especial, emprego e fixação de pessoas.

Nos Açores o Governo não acompanha o auto-aprovisionamento alimentar com a premência que o tema exige.

Foram várias as tentativas do PSD para conhecer melhor este tema.

Depois de uma intervenção em Março de 2008 onde o Governo Regional fez silêncio, depois de um requerimento de Abril de 2008 que nunca teve resposta, depois de um novo requerimento em Março de 2009 com resposta nesta semana, mas com dados do Continente, volta-mos a insistir.

Este Projecto de Resolução é mais uma tentativa.

Esperemos hoje que o Governo nos diga algo de novo e esperemos que a maioria PS reconheça a ausência de resposta do Governo e o desrespeito institucional a esta Assembleia e aprove esta iniciativa.

Quando o Governo não sabe, simplesmente tem que dizer que não sabe.

É, pois necessário avaliar o que realmente produzimos.

Neste sentido tomemos como exemplo o alimento que produzimos em maior grandeza, o leite e aparentemente somos auto-suficientes, mas a verdade é que importamos mais matéria-prima para o produzir.

Então qual a verdadeira produção regional.

Basta para o facto verificar a crescente debilidade da disponibilidade de alimentos para bovinicultura açoriana. Qualquer pequeno período anormal de condições climatéricas exige uma maior importação de alimentos.

Compreenda-se que a nossa riqueza passa por produzir alimentos para consumo interno e para exportação de forma segura, diversificada e durável.

Acima de tudo, saber do grau de auto-provisionamento dos alimentos e matérias-primas assume-se como uma condição de segurança social e económica para os Açores.

É perante estes factos que interessa descrever a situação actual e prever. Aliás, o princípio é simples não se pode agir sobre aquilo que não se mede.

Disse,

António Ventura

24/10/2010